



Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História

ISSN: 0104-236X

anos90@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Brasil

Barros, José D'Assunção

"Teorias da história" e "filosofias da história": reflexões sobre o contraste entre estes dois espaços de reflexão sobre o fazer histórico

Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História, vol. 19, núm. 36, dezembro, 2012, pp. 367-400

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=574069157015>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

“Teorias da História” e “Filosofias da História”: Considerações sobre o contraste entre dois espaços de reflexão sobre o fazer histórico

José D’Assunção Barros*

Resumo: Este artigo objetiva refletir sobre a distinção entre Filosofias da História e Teorias da História. Será considerada a passagem das reflexões setecentistas sobre a História para o âmbito da Teoria da História, elaborado especificamente por historiadores profissionais. Entre exemplos examinados, os filósofos Kant, Voltaire e Hegel são enfatizados; entre as teorias da história, consideraremos os três principais paradigmas historiográficos do século XIX: o Positivismo, o Historicismo e o Materialismo Histórico. Uma análise dos modelos de tempo e do deslocamento para novas práticas historiográficas, de um a outro período, traz apoio ao conjunto de considerações.

Palavras-chave: Filosofia da História. Teoria da História. Historiografia.

A emergência da Teoria da História na história da historiografia

Quando surge, mais precisamente, na história do pensamento ocidental e na história da historiografia em particular, um campo que já pode ser definido como Teoria da História? Perguntar isso leva

* Professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), nos Cursos de Pós-Graduação e Graduação em História. Professor-Colaborador do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: jose.assun@globo.com

concomitantemente a outra pergunta ainda mais importante, que já nos permite abordar a passagem da especulação puramente filosófica sobre a história para a análise sistematicamente epistemológica: que condições tornam possível a Teoria da História?

Devemos desde já reconhecer que a ideia de uma “teoria da história” está intimamente relacionada ao surgimento das pretensões de cientificidade da História, seja naqueles autores que definem a História como Ciência – e teremos aqui um extenso arco que partirá dos primeiros historicistas e positivistas e que segue adiante pelo mundo contemporâneo – até outros que, se não definem a história como “ciência”, ao menos entendem a história como um conhecimento cientificamente produzido¹. Também existirão autores que, mesmo rejeitando o estatuto de cientificidade da história, não deixam de transitar em uma reflexão sobre a Teoria da História pelo simples fato de que já se permitem fazer a pergunta epistemológica fundamental: aquela que indaga sobre as condições que tornam possível o conhecimento historiográfico. É o caso, por exemplo, do Paul Veyne de *Como se Escreve a História* (1971)². Pode-se mesmo encontrar autores que, embora concebiam a historiografia como uma forma de arte, nem por isso deixarão de abordar uma sistemática reflexão sobre o que consideram ser uma Teoria da História³. De qualquer modo, de uma maneira ou de outra, o contexto de cientificidade que se abre para as ciências humanas na passagem do século XVIII para o século XIX pode de fato ser considerado um momento fundamental para a emergência da Teoria da História.

Lembraremos um indício inicial que atesta bem esta transição do pensamento historiográfico para uma nova fase em que já se torna possível falar em uma Teoria da História. No século XVIII, o verbete de Voltaire para a *Encyclopédie* ainda classificava a História essencialmente como um gênero literário⁴. O verbete “História”, elaborado pelo filósofo francês, abre-se sintomaticamente com a frase de que “a história é a narração dos fatos verdadeiros, ao contrário da fábula, que é narração dos fatos fictícios”. Se prosseguirmos em sua leitura veremos que, em nenhum momento do verbete, Voltaire expressa-se em termos de “cientificidade” para se referir à História, e tampouco se propõe a discorrer em torno de questões teóricas, embora fale, ainda que de modo pouco sistemático, do “método dos

historiadores”. A “história útil” também será, conforme a concepção antiga, aquela “que nos mostra nossos direitos e deveres” (VOLTAI-RE, 2006, p. 272)⁵. De qualquer maneira, a época já nos mostra o contraponto do filólogo alemão Chladenius (1710-1759), digno de ser apontado como sintoma destes tempos de transição, que já começa por referenciar sua obra de 1752 nos termos de uma *Ciência da História*⁶. Mas, enfim, começaremos a assistir, da metade do século XVIII em diante, à emergência de “filosofias da história” como a de Kant ou Herder, este novo gênero literário-filosófico que em 1830 culminará com a “filosofia da história” de Hegel, o que já constitui um desenvolvimento importante. Mas será apenas com a afirmação de uma pretensão à cientificidade historiográfica e com a delimitação de uma nova especialização centrada na figura do historiador – o que incorrerá na concomitante formação de uma “comunidade de historiadores” que já se deixa entrever na passagem do século XVIII para o século XIX – que se estabelecerão efetivamente as condições epistemológicas para que sejam trazidas para o centro da discussão historiográfica as questões teóricas, ao lado das questões metodológicas.

Emerge neste momento um campo que já se pode pensar efetivamente como uma Teoria da História, e surgem também aquelas primeiras correntes de pensamento que já poderemos qualificar não mais no âmbito das “filosofias da história” – em geral realizações individuais empreendidas por filósofos – mas sim no âmbito das “teorias da história”. Estas constituirão, doravante, espaços de reflexão coletiva que já mobilizam e dividem a comunidade de historiadores em torno de reflexões como aquelas relacionadas ao tipo de conhecimento científico que a História estaria apta a produzir – se, por exemplo, um conhecimento relacionado a uma cientificidade ideográfica (voltada para o singular) ou nomotética (isto é, relativa ao estabelecimento de leis). Multiplicam-se as questões que indagam pelo tipo de relação que se pode estabelecer entre o sujeito de produção do conhecimento histórico e o seu objeto de estudo; surge a preocupação com a fixação de um vocabulário comum, ou mesmo de um novo âmbito conceitual – seja no que se refere à “Teoria da História” no sentido mais amplo, como base de toda a matriz disciplinar da história, seja no âmbito mais localizado de cada ‘teoria

da história’ em particular. Por fim, no interior desta efervescente discussão teórico-metodológica, começam a se formar paradigmas historiográficos, a principiar pelo Historicismo e pelo Positivismo, logo seguidos pelo Materialismo Histórico. É neste novo contexto que se tornará legítimo se falar, mais propriamente, em uma “Teoria da História”.

As teorias da história como espaços coletivos de reflexão sobre o histórico

O caráter das “teorias da história” como espaços *coletivos* de reflexão acerca da história, acima citado, constitui um aspecto particularmente importante para a compreensão da emergência e consolidação – na historiografia – deste âmbito maior que podemos designar como Teoria da História. A “filosofia da história” de Kant é só de Kant, e aquela outra é a “filosofia da história” de Voltaire ou de Hegel – isto é, realizações pessoais destes filósofos. Não foram espaços coletivos de reflexão “fundados” por estes autores, e que depois passam a pertencer a amplos setores da comunidade de historiadores, tal como ocorrerá com as “teorias da história”. A “filosofia da história” de um certo filósofo, via de regra, esgota-se nele mesmo. O mesmo não ocorre com as “teorias da história”. O Historicismo não pertence a Ranke, e o Positivismo pode ter sido fundado por Comte ou por outro autor, mas, ato contínuo, torna-se espaço de reflexão que é partilhado por muitos que passam a se autodenominar ou a serem considerados, em sua própria época ou na posteridade, como positivistas e historicistas. Mesmo o Materialismo Histórico, fundado por Marx e Engels, não pertence a estes dois autores que lançam a proposta de seus fundamentos; ao contrário, será escrito a muitas e muitas mãos. As “teorias da história” são de fato espaços coletivos de reflexão.

Isso leva a um contraste entre a postura do “filósofo da história” e aquela que será a do historiador ou cientista social que se vincula a uma “teoria da história”. Com o seu texto e seu discurso, o “filósofo da história” proclama: “esta é a minha concepção acerca da história”; nela vejo este sentido, e não aquele. Em contrapartida,

a “teoria da história” é ainda mais do que uma concepção pessoal de um homem de letras: o historiador ou pensador que a formula agrega a seu pensamento, muito frequentemente, um certo programa de ação que oferece à comunidade de historiadores; ou, o que vem a ser análogo, ele adere a um programa de ação que já existe, eventualmente aperfeiçoando-o ou acertando as arestas de um paradigma. Em poucas palavras, o pensador que formula, adere ou acrescenta algo a uma “teoria da história”, insere-se de imediato em uma comunidade de historiadores, notadamente em um certo setor desta comunidade historiográfica, ou ao menos dialoga com esta comunidade constituída pelo conjunto de historiadores, no caso de não ser um pensador de outra área⁷.

É por isto que um filósofo como Paul Ricoeur⁸, que escreve nas últimas décadas do século XX sobre a história e sobre o fazer historiográfico, não está mais elaborando com seus textos uma “filosofia da história” no sentido que a expressão tem desde os filósofos iluministas, e sim se inscrevendo em uma “teoria da história” específica, que pode ser relacionada ao Historicismo. Suas reflexões no âmbito da História da Filosofia são de fato dedicadas à comunidade dos historiadores, pretendem afetar ou contribuir para as suas práticas, e é como uma contribuição teórica que são recebidas pelos historiadores. O teórico da história está sempre particularmente preocupado com a historiografia, com a escrita da História a ser levada a cabo pelos que a ela se dedicam, enquanto o “filósofo da história” muitas vezes está apenas ou principalmente preocupado de uma maneira muito específica com a história-processo: em decifrar o seu sentido ou, como Hegel descobrir o propósito que se esconde por trás da história – ainda que Hegel, certamente por influência de um contexto no qual, por volta de 1830, já se mostrasse claramente estabelecida a nova comunidade dos historiadores profissionais, tenha se dedicado a discutir logo à saída de seu ensaio “os três modos de escrever a história” (HEGEL, 2001, p. 45-52)⁹. Outrossim, logo em seguida o filósofo alemão já revela os seus principais interesses e dedica-se a desdobrar, na “Introdução” de seu meticuloso ensaio, as suas reflexões sobre “a Razão como base da História” (p. 53-ss)¹⁰.

O contraste entre o “pensar sobre a História” compreendido por Paul Ricoeur, e o “pensar sobre a história” levado a cabo por Kant ou Hegel, todos eles filósofos, mas com perspectivas e objetivos bem

diferenciados, pode contribuir para trazer bastante esclarecimento às questões de que estamos tratando. O primeiro (Ricoeur) concentra o principal de suas atenções na História (forma específica de conhecimento produzido pelos historiadores), e os outros dois (Kant ou Hegel) deslocam o principal de suas reflexões para a história (processo vivido ou a ser vivido pelos homens em geral). Ricoeur, pode-se dizer, é um filósofo que está pensando ‘teoricamente’ sobre a História, e no interior deste grande ramo da Filosofia que é a “Filosofia da História” (um ramo da Filosofia que é análogo a outros como a “Filosofia do Direito” ou à “Filosofia da Ciência”)¹¹. Mas Kant e Hegel são filósofos que estão pensando *filosoficamente* sobre a história (neste caso sobre o “objeto” história, e não sobre a disciplina “História”), e nesta operação estarão produzindo “filosofias da história” específicas, que assinalam suas perspectivas ou expectativas pessoais acerca do sentido da história. Há que se entender a diferença radical entre a expressão “Filosofia da História”, quando é utilizada para denominar um ramo específico da Filosofia e que também constitui uma disciplina universitária, e a “filosofia da história” substantiva, produzida especulativamente por este ou por aquele filósofo. Grafaremos a primeira modalidade – a “Filosofia da História” compreendida como um ramo da Filosofia, e comprometida com uma análise crítica do conhecimento histórico – com iniciais “maiúsculas”; e a segunda modalidade, que corresponde às realizações pessoais de filósofos que especularam sobre o sentido da história, com “letras minúsculas”¹².

As “filosofias da história”, enfim, guardam sua distância em relação às “teorias da história”, conforme logo discutiremos em maior detalhe. Diga-se de passagem, devemos notar que a “era das filosofias da história” não é substituída totalmente pela “era das teorias da História”, como se uma cancelasse definitivamente a outra. Conforme veremos oportunamente, houve um período em que as “filosofias da história” em seu apogeu – bem representadas por Kant e Herder – conviveram com as “teorias da história” em seu estágio nascente, e outro no qual uma das últimas grandes realizações em termos de “filosofias da história”, que foi a “Filosofia da História” de Hegel, conviveu com o Positivismo e o Historicismo enquanto “teorias da história” em fase de forte e decisiva consolidação,

já com todo um futuro pela frente. De igual maneira, também as “filosofias da história” e as “teorias da história” conviveram ainda, em certo momento, com as reminiscências de um outro modo de pensar a história, mais antigo, que tivera os seus princípios com Santo Agostinho (354-430) e o seu apogeu no século XVII com as “histórias teológicas”, estas que, à maneira de Bossuet (1627-1704), enxergavam o desenvolvimento histórico em termos de processos e acontecimentos guiados pela Providência Divina¹³. Para além disto, mesmo as “filosofias da história” ainda retornariam casualmente, com obras como as de Spengler e Toynbee, em plena época de amplo predomínio do discurso de cientificidade da História, já na primeira metade do século XX e além; e, de todo modo, as histórias teológicas nunca desapareceram propriamente enquanto gênero historiográfico específico, embora certamente tenham sido excluídas, a partir de certo momento, do horizonte de perspectivas dos historiadores profissionais.

Será importante, por outro lado, entendermos com maior clareza o que é uma “filosofia da história”, por contraposição ao que poderemos já entender como uma “teoria da história”. Isso nos ajudará, certamente, a trazer maior precisão a este último termo. As “filosofias da história” podem ser entendidas, na sua definição mais irredutível, como um gênero filosófico que produz uma reflexão ou especulação sobre a História. Mas a “história filosófica” – este flamar sobre a história com vistas a produzir reflexões filosóficas sobre questões de toda a ordem – vai encontrar este mesmo gênero a meio caminho, de modo que, no fundo, a “filosofia da história” termina por constituir um gênero híbrido, difícil de ser definido a não ser pela sua própria história enquanto gênero filosófico e pelas temáticas a ele afeitas¹⁴. Tentemos entender, antes de mais nada, a história deste gênero específico.

Sobre a origem das filosofias da história

É no século XVIII que as filosofias da história começam a surgir como um gênero específico, com autores como Voltaire, Herder ou Kant¹⁵, estendendo-se depois até Hegel. Posteriormente conhecem um certo declínio diante da emergência da historiografia

científica e daquilo que já poderemos entender como “teorias da história”. Mas nunca, propriamente, deixaram de existir, e no século XX teremos também novos exemplos. É importante deixar claro que estamos falando aqui de trabalhos que podem se classificar dentro do gênero literário “filosofias da história”, e não da disciplina “Filosofia da História”, que é um campo de pensamento específico da Filosofia. É análogo ao que ocorre com a Teoria da História – enquanto um campo específico no interior da historiografia – e com as “teorias da história” específicas, como o Positivismo, o Historicismo, o Materialismo Histórico e outras.

O que diferencia essencialmente as “filosofias da história” das “teorias da história”, talvez como um traço mais proeminente, é a carga maior de especulação a que as primeiras se permitem, para além das suas preocupações temáticas bastante específicas, as quais já discutiremos. De algum modo, as duas coisas (temas e modo de especulação) estão ligadas. Filosofias da história como as dos filósofos alemães Kant e Hegel, ou como aquela que está implícita nas especulações sobre a história do matemático francês Condorcet (1743-1794)¹⁶, mostravam-se todas profundamente preocupadas com a questão do “sentido da história”, com a possibilidade de pensar o progresso humano no decurso da história, ou com a necessidade de entender a lógica imanente ao desenvolvimento histórico¹⁷.

Ao mesmo tempo em que eram filosoficamente especulativas, estas temáticas – o sentido da história, a sua lógica imanente, o progresso ou a decadência através da história – consistiam os focos essenciais para os quais costumavam se voltar as filosofias da história. Sobretudo, os filósofos da história não esgotavam seu trabalho, de modo algum, com os fenômenos históricos que tinham diante de si através dos registros e evidências que habitualmente dão suporte ao trabalho dos historiadores. O filósofo da história queria ir além, e enxergar mesmo o futuro, ou ao menos um determinado padrão necessário de evolução ou de desenvolvimento da história em direção ao futuro. Muitos especularam sobre o “fim da história”. Haveria um estágio a ser atingido pela humanidade que mudaria totalmente o padrão de desenvolvimento humano, encerrando as grandes transformações e situando a humanidade no melhor dos mundos possíveis?¹⁸ Haveria a possibilidade (ou a necessidade) de se atingir um dia uma condição humana “pós-história”,

na qual a regularidade aproximar-se-ia da “regularidade e da previsibilidade de um sistema natural”, como pretendia o matemático e economista francês Antoine-Augustin Cournot (1801-1877) em sua originalíssima “filosofia da história” (1861), na qual se confrontavam o “acaso” e a “necessidade”? (ANDERSON, 1992, p. 31, p. 37). Outros, de um modo ou de outro, com menor ou maior dosagem de teleologia, queriam se ocupar de elaborar um discurso sobre o sentido necessário da história, o que segue sendo uma marca indelével das filosofias da história¹⁹.

Apesar do amplo predomínio, neste gênero textual, de filósofos ou de eruditos com maior amplitude de interesses temáticos, também historiadores desenvolveram eventualmente as suas próprias “filosofias da história”. O que estaria fazendo o historiador inglês Arnold Toynbee (1889-1975) senão elaborar ele mesmo a sua própria “filosofia da história”, ao introduzir nos seus estudos históricos profundamente eruditos uma forte especulação acerca de um pretenso padrão de desenvolvimento que afetaria todas as grandes civilizações sob a forma de um ciclo de “nascimento”, “apogeu” e “declínio” comparável ao desenvolvimento dos seres humanos individuais no que concerne às suas etapas de “infância”, “maturidade” e “velhice”?²⁰

A rejeição do especulativo nas teorias da história

Se as “filosofias da história” se permitem a este vôle especulativo, ele acha-se muito mais limitado nas chamadas “teorias da história”²¹. Há aqui uma indelével marca que, desde princípios do século XIX, parece começar a firmar as fronteiras entre os territórios que serão doravante habitados pela “tribo dos filósofos” e pela “tribo dos historiadores”. As reflexões em torno do sentido da história universal, que foram desenvolvidas em 1830 por Hegel – este que pode ser considerado o último dos grandes filósofos da história, no sentido iluminista da expressão –, constituem um espaço discursivo privilegiado para a percepção deste confronto entre as duas tribos. São os novos historiadores da Escola Alemã – “historiadores profissionais”, como ele mesmo já os designa – que Hegel tem em vista quando registra as seguintes assertivas:

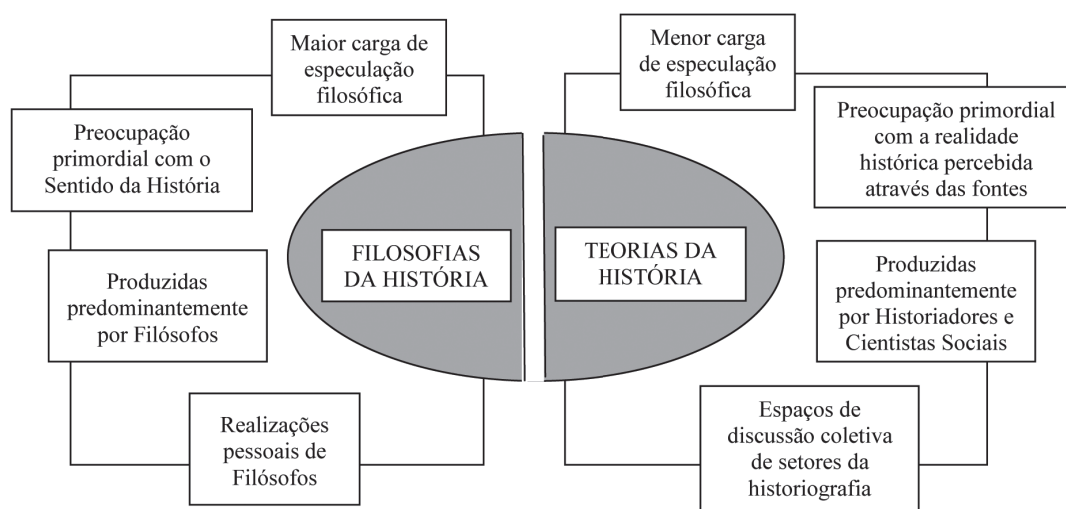
Portanto o estudo da história universal [isto é, a modalidade que ele mesmo, Hegel, produziu] resultou e deve resultar em que nela tudo aconteceu racionalmente, que ela foi a marcha racional e necessária do espírito universal; espírito cuja natureza é sempre idêntica e que a explicita na existência universal. Tal deve ser, como dissemos, o resultado do estudo da história. A história, porém, devemos considerá-la como ela é: devemos proceder de forma histórica, empírica; ademais, não podemos permitir que os historiadores profissionais nos seduzam, pois estes, principalmente os alemães, que gozam de grande autoridade, fazem aquilo de que acusam os filósofos, ou seja, invenções *a priori* da história (HEGEL, 2008, p. 18)²².

Bem entendido, e à parte a querela entre historiadores profissionais e filósofos da história no século XIX, deve-se aceitar que o livre jogo conceitual que é próprio da ciência também faz parte do *metier* do historiador, e cada vez mais à medida que adentramos o século XX. Mas os historiadores ligados ao Positivismo, ao Historicismo ou ao Materialismo Histórico, ou a outros âmbitos teóricos, costumam conter razoavelmente o seu ímpeto especulativo ao aceitarem os atuais padrões de cientificidade da história que são definidos pela necessidade de amparar seus trabalhos nas fontes e nas evidências históricas. Não que a história já não lide aqui com especulações e conjecturas, seja em relação ao passado ou mesmo em relação ao futuro, mas a verdade é que estas instâncias especulativas e conjecturais não ocupam de modo algum o centro do cenário na historiografia regida pelas “teorias da história”.

A teoria, nas “teorias da história”, volta-se para a tentativa de explicar os fatos, processos, estruturas e sociedades que podem ser percebidas através das fontes, isto é, através da realidade histórica que pode funcionar como um referente real pelo historiador. Isso distingue, sobretudo, os dois campos – o das “teorias da história” e o das “filosofias da história”. “Para onde caminha o mundo” (e *como* caminha ou continuará caminhando no futuro) é a pergunta essencial que paira sobre as “filosofias da história”; mas para os historiadores ela não ocupa, definitivamente, o centro do seu palco de preocupações no momento em que eles trabalham sobre suas fontes

e refletem sobre as sociedades que surgem diante de si a partir de seu laborioso trabalho de pesquisa. Como funciona o mundo social, e como este funcionamento se tem expressado na História através de uma realidade concreta que pode ser percebida através das fontes, esta sim seria a questão que logo se fortaleceria a partir da reflexão historiográfica já produzida sob o signo das “teorias da história”.

Figura 1: Contraste entre as “Filosofias da História” e as “Teorias da História”



Fonte: Elaborado pelo autor.

Ambiguidades presentes nas concepções de historiadores e filósofos

Se o grau de densidade especulativa com que se trabalha pode funcionar como um bom índice para distinguir a “filosofia da história” da “teoria da história”, isso não quer dizer que não possam surgir muitas ambiguidades quando trata-se de definir se o trabalho de um determinado pensador está relacionado às “filosofias da história” ou às “teorias da história”. Se pensarmos no magistral trabalho de pensamento sobre a história produzido por Karl Marx (1818-1883), por exemplo, poderemos nele perceber de alguma maneira

tanto uma “teoria da história” como uma “filosofia da história”. Há um Marx “teórico da História” que elaborou um dos mais perfeitos sistemas para a compreensão da história – aquele que, sob a designação “Materialismo Histórico”, busca entender a história simultaneamente sob a perspectiva da “luta de classes” e da sucessão dialética de modos de produção (ou de formações históricas), e que introduziu inúmeros conceitos que hoje constituem parte importantíssima do patrimônio teórico dos historiadores contemporâneos. Existe, é claro, o Marx “economista”, que desenvolveu, em obras como *O Capital* (1867), alguns conceitos fundamentais para a compreensão do sistema Capitalista, tal como o de “mais valia” (e, para o Materialismo Histórico, ser “economista” implica em ser concomitantemente “sociólogo” e historiador). Há ainda um Marx “historiador”, no sentido mais específico do termo, que em algumas poucas obras como o *18 Brumário* (1852) ou as *Lutas de Classe na França* (1850), buscou aplicar os referenciais teóricos por ele coligidos, bem como a dupla perspectiva da “luta de classes” e dos “modos de produção”, ao estudo de uma realidade histórica concreta, perceptível a partir de fontes de diversos tipos. Mas há também um Marx “filósofo da história” – embora o próprio Marx, em mais de uma oportunidade, tenha se referido pejorativamente aos “filósofos que interpretaram o mundo”²³. Pois o que seria, senão uma “filosofia da história”, as quase proféticas reflexões de Marx sobre a inexorável caminhada da humanidade rumo ao modo de produção socialista? Neste momento de suas reflexões, Marx não está direcionando a teoria para a análise de uma realidade já conhecida, como o fez o Marx historiador, mas sim especulando sobre os rumos das sociedades humanas. O Marx “político”, aliás, alia-se de alguma maneira ao Marx “filósofo da história” neste projeto. Todas estas facetas do complexo pensamento de Marx (e de Engels) são de todo modo fascinantes. Posto isto, não há como não considerar o Materialismo Histórico, fundado por estes dois autores, como uma das mais importantes “teorias da história” já surgidas.

Exemplifiquemos agora com outra teoria da história – o Positivismo. Este foi fundado no século XIX por Auguste Comte (1798-1857), filósofo francês a cujo nome está associada a consolidação de toda uma nova maneira de enxergar as sociedades humanas e a história, e portanto a uma “teoria da história” muito específica,

que logo foi abraçada por diversos historiadores profissionais. Estes historiadores positivistas, tais como Henry Thomas Buckle (1821-1862), na sua ampla maioria estiveram voltados para a análise direta de fatos e processos históricos que podiam perceber através da documentação histórica, e aliás deram importantes contribuições à Metodologia da História no que concerne aos modos de trabalhar com estas fontes. Isso não impede, por outro lado, que o próprio Auguste Comte não apresente em parte de seu sistema de reflexões o seu quinhão de “filosofia da história”. Assim, se ele refletiu sistematicamente sobre a natureza das ciências humanas ou sobre a postura do sujeito de conhecimento diante do seu objeto de estudo – indagações eminentemente teóricas – por outro lado especulou também, quase profeticamente, sobre o desenvolvimento da humanidade, e também sobre a evolução dos campos de conhecimento, concebendo-os como que ligados a uma espécie de caminhada progressiva através de *Três Estágios*. Acreditava que o progresso dava-se de acordo com uma Grande Lei, exposta no seu *Curso de Filosofia Positiva* (1830-1842), segundo a qual “[...] cada uma das nossas principais concepções e cada ramo dos nossos conhecimentos passam necessariamente por três estágios teóricos diferentes, o estado *teológico* ou fictício, o estado *metafísico* teórico ou abstrato e o estado científico ou positivo”.

Chega a ser irônico, aliás, que Comte defina o estágio positivo como aquele que exclui totalmente a especulação em favor da prática científica e da observação da realidade observável, mas que rigorosamente falando não esteja mais do que, com a sua *Lei dos Três Estágios*, produzindo uma nova especulação sobre os destinos humanos e sobre o seu padrão de progresso da humanidade através da história. Comte, neste momento, está produzindo uma “filosofia da história” como qualquer outra. Em contrapartida, e a despeito disto, o Positivismo (mas não a “Teoria dos Três Estágios” do Comte “filósofo da história”) pode ser certamente classificado como uma das “teorias da história” mais importantes entre aquelas que surgiram no século XIX, pois introduz uma certa maneira de “ver a história” que se mostra perfeitamente aplicável à ‘matriz disciplinar’ que no século XIX passa a ser aceita pela comunidade dos historiadores profissionais.

É por causa deste tipo de ambiguidade, e da razoável complexidade que constitui a obra de alguns dos grandes pensadores que refletiram sobre a História, que não raramente uns acabam por acusar os outros – mesmo que estes se proponham a realizar seus projetos estritamente no âmbito da “Teoria da História” – de serem no fundo “filósofos da história”.

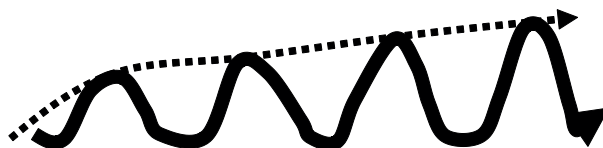
O tempo nas filosofias e teorias da história

A compreensão das ambiguidades que permeiam as realizações de historiadores e filósofos que elaboraram concepções específicas sobre a História e o histórico constitui, conforme vimos até aqui, um ponto nodal para compreender o contraste e a interação entre filosofias da história e teorias da história. Devemos ainda considerar, aliás, que mesmo na época em que as “filosofias da história” ocuparam uma posição de destaque no âmbito do pensamento historiográfico ocidental, o que se deu na segunda metade do século XVIII, não faltam autores complexos e ambíguos no que se refere a suas concepções da história e às possibilidades de situá-los no quadro das alternativas vigentes. Voltaire, que cunhou a própria expressão “filosofia da história”, constitui o exemplo maior de dificuldades neste sentido. Ele oscila entre uma “filosofia da história” propriamente dita e um estilo pessoal de “história filosófica”, no qual o erudito flana pelas sociedades e processos históricos, de modo a encetar suas reflexões gerais sobre o gênero humano e assuntos diversos, ou mesmo encaminhar uma crítica social em relação à sua própria época. Mas o ponto de ambiguidades que mais nos interessa em Voltaire é outro. Ele nos permitirá refletir sobre um aspecto primordial que afeta tanto as filosofias como as teorias da história: o modelo de tempo concebido por cada autor.

Se as “filosofias da história” de Kant, Condorcet ou Hegel apresentam a característica comum de conceber o tempo como linear e progressivo – de resto uma maneira de conceber o tempo que é assimilável à ampla maioria das “filosofias da história” e que pode ser considerada uma novidade trazida pelo iluminismo sete-

centista – já em algumas obras de Voltaire veremos a mescla desta temporalidade progressiva com um tempo cíclico que remete aos clássicos (Figura 2). Para Voltaire, o progresso da humanidade, embora de fato ocorra em um arco mais abrangente, é entretecido por avanços e recuos – ou pela alternância entre épocas iluminadas e épocas de decadência – já que para o filósofo francês teriam ocorrido, até a sua época, apenas quatro grandes “épocas felizes” (a Grécia Clássica, o Império Romano, o Renascimento, e a França de Luís XIV). Estes magníficos períodos, em sua opinião, teriam sido sucedidos por épocas de profunda decadência e regressão, como que a perfazer um ciclo de nascimento, apogeu e morte. Mas por outro lado, conforme assinala Goulemot em sua análise sobre a “filosofia da história” em Voltaire (1975, p. 464), cada época memorável não é apenas mero renascimento das outras épocas felizes que a precederam, como também “uma ultrapassagem”, uma condução para um ponto mais alto:

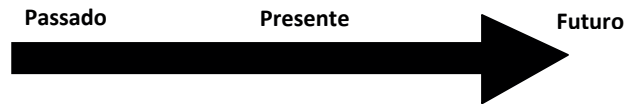
Figura 2: O tempo mesclado da filosofia da história de Voltaire



Fonte: elaborado pelo autor.

Esta maneira de entender o tempo traz à “filosofia da história” de Voltaire uma singularidade que a contrapõe aos outros filósofos da história de sua época. Para estes, o tempo histórico afirmava-se definitivamente como vetorial, contínuo, progressivo, passível de ser representado como uma seta que aponta para o futuro:

Figura 3: O tempo linear e progressivo das filosofias da história (de Kant a Hegel)



Fonte: Elaborado pelo autor.

Ora. Eis aqui um importante aspecto em que a maior parte das “filosofias da história” do século XVIII irmana-se ao conjunto das “teorias da história” do século XIX. Em umas como nas outras, emerge vitoriosa esta nova concepção de tempo: vetorial, progressiva, voltada para o futuro²⁴, mais claramente delineadora destas instâncias temporais que são o Passado, o Presente e o Futuro, e mesmo de outros modos mais sofisticados de conceber a temporalidade histórica que hoje já são, de certo modo, tão corriqueiros²⁵. Deste novo modelo de tempo, ademais, pode-se dizer que ele não é mais, daqui por diante, algo que “acomoda” dentro de si a história (ou a imensa variedade de histórias locais e desconectadas); o Tempo torna-se ele mesmo a própria história. Reinhart Koselleck (1923-2006), historiador dos conceitos que fez da própria história dos modos de apreender o tempo um de seus principais focos de estudo²⁶, sintetiza magistralmente este novo momento da historiografia ocidental em que a história passa a ser entendida como uma “dimensão” da própria existência:

Desde a segunda metade do século XVIII se acumulam indícios que apontam enfaticamente para o conceito de um novo tempo. O tempo passa a ser não apenas a forma em que todas as histórias se desenrolam, ele próprio adquire uma qualidade histórica. A história, então, passa a realizar-se não apenas no tempo, mas através do tempo. O tempo se dinamiza como uma força da própria história. Mas esta nova fórmula da experiência pressupõe também um novo conceito de história, a saber, a história como singular coletivo, que a partir de mais ou menos 1780 pode ser concebido como história em si, sem um objeto a ela coordenado ou um sujeito pré-ordenado (KOSELLECK, 2006, p. 283)

Com relação ao novo formato do tempo, agora visto como fluxo contínuo, e não mais como compartimento que acomoda histórias, há mais a dizer. Se o tempo vetorial e progressivo não foi propriamente invenção das “filosofias da história” e das “teorias de história” – uma vez que as antigas concepções cristãs do tempo histórico já há muito se tinham contraposto ao “tempo cíclico” do mito e das concepções clássicas de alternância de épocas de grandeza e decadência – tratava-se agora de uma progressão não mais regida pelas instâncias divinas. As datas da Criação, da morte de Cristo e do juízo final já não serão mais, em umas como em outras, as grandes balizas da história e da progressão humana na direção do futuro. Ao passo desta nova concepção acerca do tempo, diremos que, aqui como ali, seja com as “filosofias da história” do século XVIII ou com as “teorias da história” inauguradas no século XIX, pela primeira vez se vê a necessidade de formular mais claramente um forte compromisso em ligar diretamente o discurso histórico às reais condições de vida dos homens. Como estaremos distantes das crônicas medievais e das vidas de santos! De igual maneira, em que se pese que sempre tenham existido historiadores de tipos diversos que se ocuparam da realidade vivida ou produzida no mundo humano, a formulação deste compromisso por uma coletividade de sábios – ou pelo que em breve já poderemos entender como uma “comunidade científica” dedicada a estudar as sociedades humanas – será a grande novidade que irmana filósofos e teóricos da história.

O tempo vetorial e a secularização da História

A História, já com as “filosofias da história” mas principalmente com as “teorias da história”, seculariza-se. Ao invés da perspectiva de transcendência que animara as histórias teológicas, doravante a História – uma única história, e não mais diversas e desconectadas “histórias” – deveria de aqui em diante ser abordada sob a perspectiva da imanência. Vale dizer, o que ocorre aos homens é o que é produzido pelos próprios homens, mesmo que sujeitos às adversidades e às condições naturais. O movimento da história – condenado ao interminável exercício da criação e da liberdade – é agora de alçada e responsabilidade dos próprios seres humanos, ainda que muitos

vejam neste movimento uma lógica, ou mesmo leis que direcionam a ação humana sem que os próprios homens delas se apercebam²⁷. Com tudo isto, a história adquire a possibilidade de ser pensada em uma direção que não mais reverte sobre si mesma: o tempo é seta que aponta para o futuro²⁸.

É verdade que, nas “filosofias da história”, não está ainda inteiramente superada a ideia de forças transcendentais que, se não impulsionam ou intervêm aleatoriamente na história, ao menos orientam seus rumos. Na “filosofia da história” de Kant teremos um “plano secreto da Natureza”, capaz de reaproveitar mesmo as ações mais egoístas dos indivíduos no seu projeto mais amplo destinado a impulsionar o caminho da humanidade na direção do “melhor” (KANT, 4ª proposição). Na de Hegel, ouviremos falar na “Astúcia da Razão”. De qualquer maneira, em um como outro, assim como em Voltaire, o que teremos é mais um mecanismo lógico que se superpõe sobre a história humana do que um ente que a conduz arbitrariamente²⁹. Para Hegel, por exemplo, “o Real é Racional, e o Racional é Real”. A realidade não está separada da lógica que a conduz, e tampouco a lógica se separa da realidade que a produz³⁰.

De um modo ou outro, o advento de um novo quadro de concepções a respeito do tempo será decisivo para a gestação de uma nova era historiográfica que já mostra seus sinais desde meados do século XVIII. Com a perspectiva de um tempo vetorial – seta para o futuro – o historiador logo passará a encontrar uma das condições que o permitirão trazer o projeto de cientificidade para a própria História. A possibilidade de conceber a história não mais como algo que retorna sobre o mesmo, mas sim como algo que se abre para o novo, para a descoberta, para o que não se repete – e que, ainda que novo e irrepetível, pode ser estudado com teoria e método – é o primeiro indício de uma nova era historiográfica, de que algo havia mudado na face do mundo dos historiadores. O tempo progressivo – fosse linear ou multilinear, mas certamente não mais aquele “tempo redondo” e “redundante” da história cíclica – viria a constituir este novo modelo de tempo que se adaptou tão bem aos novos interesses da história científica.

Foi certamente decisiva, para a preparação do ambiente que ofereceria condições para uma completa refundação da História, a

dimensão vetorial do novo padrão de representação do tempo – seja no caso em que esta dimensão vetorial se apresentou como mera expressão do “tempo linear” das filosofias da história, que arrastavam de roldão a humanidade e a natureza em um único movimento para o futuro, seja no caso de alguns setores da nova historiografia profissional, que já deixavam antever por debaixo dessa mesma aparência de linearidade, de resto sempre cultuada, e a um nível arqueológico mais profundo, um novo tipo de descontinuidade que se referia à multiplicidade dos “tempos de cada coisa” – tais como o tempo de uma linguagem, de uma produção, de um modo de vida (ver FOUCAULT, 1999, p. 513). Linear ou multilinear, mas sempre “vetorial”, tratava-se, de fato, de um tempo que se impulsiona irreversivelmente em direção ao novo, e que, já libertado da tutela divina, permitiu que a História finalmente se liberasse de certas funções que antes pareciam aderir imperativamente ao principal de sua razão de ser. A História – a *necessidade* da História – já não poderia encontrar mais, entre as suas justificativas, aquelas tradicionais funções que antes eram evocadas como a própria razão de ser da produção do conhecimento histórico, a exemplo da antiga função de “mestra da vida”, que era tão comum à concepção dos clássicos e renascentistas, ou a exemplo da função de registrar os desígnios de Deus no decurso da realidade vivida com vistas a uma preparação para o juízo final, tal como ocorria com a ‘história teológica’. O novo historiador profissional, a partir do século XIX, já não se dispõe mais a ser um “auxiliar”, nem, para a educação política, nem para a preparação teológica. Se a Teoria pode ser entendida como uma forma de conhecer o mundo que institui o “saber pelo saber” e que tem por objeto “o ser das coisas” (KUJAWSKI, 2002, p. 101), também a História (historiografia), para se ressignificar como um tipo de conhecimento científico que incorpora uma dimensão teórica, deveria ter como centro de suas atenções a própria história, como um conhecimento digno de ser apreendido em virtude do seu próprio valor intrínseco (o “saber pelo saber”) e tendo em vista a compreensão do que há de humano no mundo humano (“o ser das coisas”)³¹.

O tempo vetorial, dotado de perpétua “fluência” e de incontornável “imanência”, funcionou, portanto, como um sopro libertador que prepara o clima intelectual para o surgimento de uma

“Teoria da História”. A princípio linear, mas também já admitindo implicitamente a “polifonia de temporalidades” que ficaria mais clara a partir das diversas modalidades históricas do século XX, este tempo vetorial e fluente ainda poderia adquirir novas formas no futuro, mas sem nunca perder a sua natureza vetorial, a sua irrefreável fluência e o seu caráter imanente. Poderia este tempo adquirir novos formatos, se apresentar sob a forma de ondas ou se espiralar na direção do futuro. Tempos viriam em que também a repetição passaria a constituir um novo foco de estudos para a história científica – possibilidade que seria bem representada por certos setores do movimento dos Annales, mas já no século XX – mas neste momento em que se gesta a Teoria da História no início do século XIX, a ideia de irreversibilidade do tempo será simultaneamente conquista e desafio para o novo tipo de historiografia³².

O historiador especialista e a reflexão sobre o próprio fazer histórico

Significativo indício de que estavam finalmente se gestando as condições para uma história científica, já o dissemos, é a própria emergência do historiador profissional, e isto já permite que se realize a transição de uma época em que predominavam as “filosofias da história”, no século XVIII, para uma época em que irão adquirir maior destaque as “teorias da história”, logo após as primeiras décadas do século XIX. De fato, se as “filosofias da história” eram frequentemente elaboradas por sábios e eruditos iluministas, as “teorias da história” já pertencerão aos historiadores profissionais, preocupados em se especializar em um novo tipo de conhecimento – uma História refundada a partir de um novo padrão de cientificidade. O historiador profissional, especialista, começa concomitantemente a formar a sua própria comunidade científica – como a dos físicos, químicos, botânicos ou qualquer outro tipo de especialista. Este aspecto será fundamental para a constituição de uma ‘matriz disciplinar’ específica da História e para o surgimento dos primeiros paradigmas historiográficos.

Outro indício particularmente importante deste novo momento, no século XIX, em que os historiadores passam a se ver como uma Comunidade específica, e também como grupo de especialistas que se posicionam em diálogos recíprocos prontos a se agrupar em determinadas redes conforme seus posicionamentos teórico-metodológicos, é a emergência do gênero “historiográfico” por excelência: obras nas quais os historiadores discorrem sobre a própria historiografia e sobre as correntes históricas de sua época. Esse “olhar sobre si mesmo”, que apenas conhecera exemplos isolados nos séculos anteriores (LUCIANO DE SAMÓSATA, 165 d.C; MABLY, 1775 e 1783), é condição fundamental para a consolidação da Teoria da História como um subcampo disciplinar da história, e associa-se também à ideia de que qualquer obra historiográfica deve ser submetida à crítica da própria “comunidade dos historiadores”. Com este gênero, a História entra em sintonia com uma modernidade na qual a autocritica deveria ser entendida como um dos traços necessários da cientificidade, com vistas a gerar o aperfeiçoamento de cada disciplina, no caso o aprimoramento da teoria da História. Seguiu-se, aqui, a sinalização de Immanuel Kant na *Crítica da Razão Pura* (1781), para quem “nossa época é a época da crítica, à qual tudo deve se submeter”.

É um atento olhar sobre si o que começará a ser sistematicamente exercido pelos historiadores da era das “teorias da história”. Um prenúncio destes “olhares sobre a História” – a saber, sobre a história dos historiadores – já havia sido assinalado nas últimas décadas do século XVIII por uma certa variedade de verbetes de *Enciclopédias* que se puseram a discutir a História e os modos de dividir o tempo, todos eles atentamente examinados por Reinhart Koselleck (2006, p. 280-296). Mas é com a prática historicista que este ‘olhar sobre si’ assume a forma de ensaios mais alentados, realizados pelos próprios historiadores. Gervinus escreverá em 1837 o ensaio *As Grandes Linhas da História*; Sybel escreverá em 1856 um estudo intitulado *Sobre o Estado da Moderna Historiografia Alemã*; Droysen escreverá entre 1881 e 1883 o seu *Historik*. Enquanto isto, na França, também a Escola Metódica produzirá seu próprio “olhar sobre a história”, bem consubstanciado no texto-manifesto dos metódicos que será escrito por Gabriel Monod (1876) e publicado com

o primeiro número da *Revue Historique*, em 1876. Treze anos depois, o mesmo Gabriel Monod acrescentaria um novo olhar pormenorizado sobre os *Estudos Históricos na França* (1889), ao passo em que Thierry já havia escrito, a esta altura, seu ensaio sobre *As Diferentes maneiras de se Escrever a História* (1884).

Ao lado de toda esta produção dos historiadores sobre a própria historiografia, existirão também as obras produzidas pelos filósofos historicistas, tal como o célebre ensaio de Wilhelm Dilthey escrito em 1883 com vistas a uma *Introdução ao estudo das Ciências do Espírito*. De igual maneira, a par do diálogo que já se começa a estabelecer em torno de questões historiográficas e de ordem teórica, já aparecem nos prólogos das primeiras grandes obras de historiadores historicistas as reflexões metodológicas sobre o “fazer historiográfico”, procurando estabelecer um modelo direcionado às questões de método e crítica documental, tal como ocorre com Ranke e sua *História das Nações Latinas e Teutônicas* (1824). Eis aqui o duplo alicerce da Teoria e do Método a estabelecer, definitivamente, um novo campo disciplinar. Desde então, e até hoje, a Teoria da História estabeleceu-se como um horizonte obrigatório para todo historiador que aprende e desenvolve seu ofício.

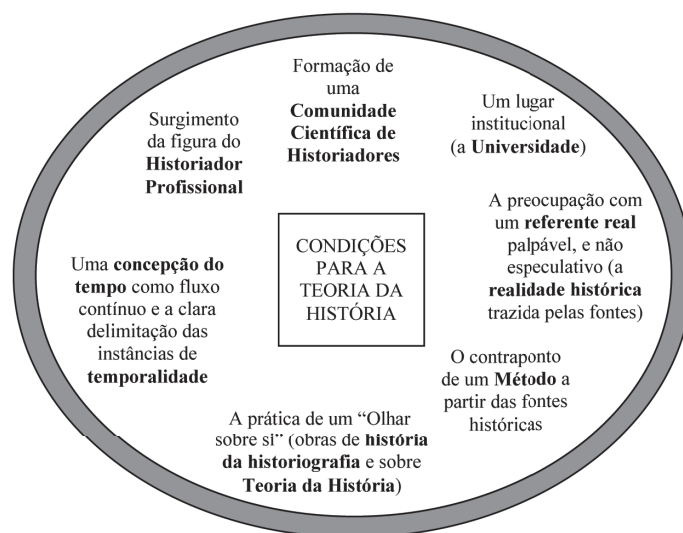
As reflexões sobre o “fazer historiográfico” e os registros de um “olhar sobre si” apresentam-se, atualmente, como importantes partes constitutivas de qualquer trabalho historiográfico. Michel de Certeau, em “Fazer História” (1982), discorre acerca desta prática que se tornou tão comum a partir do século XX. Teremos a partir daqui, constantemente realizados nas obras historiográficas mais diversas, e frequentemente à maneira de um paradigma de escrita que vai sendo seguido, estes “prefácios nos quais o historiador conta o percurso de uma pesquisa” (CERTEAU, 1982, p. 48):

O livro, feito de duas metades desiguais, mas simbólicas, acrescenta, à história de um passado, o itinerário de um pensamento. Já Lucien Febvre havia inaugurado a apresentação de *Lutero* pelo exame de sua própria situação de historiador na série de estudos consagrados ao seu objeto (1928). Ele inscreveu-se na evolução de uma história presente, ao mesmo tempo em que colocou Lutero em uma

série análoga, mais antiga. A partir daí não é mais apenas o lugar de onde fala que o historiador particulariza, mas o movimento que fez, ou o trabalho que se operou nos seus métodos e nas suas questões (CERTEAU, 1982, p. 48).

Esta tradição de escritura da História, na qual o historiador também fala de si, e não apenas de seu objeto de estudo, é nos dias de hoje uma característica ao mesmo tempo marcante e sintomática dos textos historiográficos. A dimensão teórica da História, expressa também por este “olhar sobre si”, que um dia fora uma das principais condições para a sua emergência, explicita-se desta forma no próprio texto do historiador. Completemos, assim, o último traço a mencionar a respeito desta confluência de fatores que conspiram para a emergência de uma Teoria da História. Abaixo, um esquema final sintetizará o conjunto de condições históricas que teria regido a emergência da Teoria da História nos quadros de uma historiografia já científica:

Figura 4: As condições para emergência da Teoria da História



Fonte: Elaborado pelo autor.

‘THEORIES OF HISTORY’ AND ‘PHILOSOPHIES OF HISTORY’: CONSIDERATIONS ON THE CONTRAST BETWEEN TWO SPACES OF REFLECTION ON THE HISTORICAL

Abstract: This article aims to reflect about the distinction between “Philosophies of History” and “Theory of History”. It will be considered the passage of the twenty century philosophic reflections about the History, to the ambit of a Theory of History made specifically by professional historians. Among the examples examined, the philosophers Kant, Voltaire and Hegel will be emphasizing. Among the history theories, will be considered the three principal historic paradigms of the nineteenth century: the Positivism, the Historicism, and the Dialectic Materialism. An analysis of the models of time and of the displacement to new historiographic practices, from one period to the other, brings support to the considerations developed.

Keywords: Philosophy of History. Theory of History. Historiography.

Notas:

¹ Esta posição pode ser representada por Lucien Febvre, em *Combates pela História* (1953).

² Em *Como se Escreve a História* (1971), Veyne rejeita a ideia de cientificidade da História. Já no ensaio “A História Conceitual”, escrito para a coletânea da *Nouvelle Histoire* organizada por Pierre Nora e Jacques Le Goff em 1974 – *Faire de l’histoire* – ele irá admitir que a história possui “núcleos de cientificidade” (1988, p. 64). Veyne considera, neste caso, a ideia de que a História pode até mesmo ser cientificamente conduzida – caracterizando-se por ser teórica, lógica, abstrata – mas que não se constitui uma ciência propriamente dita.

³ Aqui, a referência mais significativa estará em algumas das obras de Benedetto Croce (*Teoria e Historiografia*, 1917), mas também em Collingwood (*A Ideia de História*, 1946).

⁴ Entre as obras históricas de Voltaire destacam-se a *História de Charles XII* (1730), *O século de Luís XIV* (1751), o *Ensaio sobre os Costumes e o Espírito das Nações* (1756) e a *História do Império da Rússia* (1759), além de verbetes para o *Dicionário Filosófico* (1764). Foi ele também quem cunhou a expressão “filosofia da história”, prenunciando um gênero literário-historiográfico que já discutiremos.

⁵ Vale lembrar que o Voltaire historiador não deixou de criticar veementemente a “história antiquária” e a “história laudatória”, tão comuns em sua época. Algumas de suas mordazes críticas podem ser encontradas no “Prefácio Histórico e

Crítico” para os 2 volumes de sua *História do Império da Rússia sobre Pedro, o Grande* (1759, 1762). Sobre esta questão, ver LOPES, 2001, p. 27. Para outros aspectos do pensamento historiográfico de Voltaire, ver as demais obras de Marco Antônio Lopes (2000, 2001 e 2003), bem como o “Prefácio” de Pomeau para a edição francesa dos textos de Voltaire classificados como *Oeuvres Historiques* (1957).

⁶ Reinhart Koselleck destaca a seguinte passagem, na qual o filólogo alemão já reconhece a relatividade de toda experiência: “Há uma razão pela qual conhecemos algo dessa maneira e não de outra. Trata-se do ponto de vista a partir do qual se contempla a mesma coisa [...] Desse conceito decorre que aqueles que contemplam algo a partir de diferentes pontos de vista devam necessariamente construir representações diferentes deste objeto” (apud KOSELLECK, 2006, p. 169). A partir de Chladenius, já começamos a assistir, cada vez mais na Alemanha, a ocorrência de uma consciência progressivamente vez mais intensa acerca da relatividade dos pontos de vistas históricos. Autores alemães da segunda metade do século XVIII – tais como Thomas Abbt (1766), Gatterer (1768), J. G. Büsch (1775), e mesmo o célebre filósofo Goethe – emitiram todos, em algum momento, comentários sobre a relatividade dos pontos de vista que se estabelecem sobre a história e a partir da História (ver KOSELLECK, 2006, p. 286-287).

⁷ A situação é distinta em relação aos filósofos da história, ao menos naquele período de maior projeção das “filosofias da história” que foi o Iluminismo. Analisando Voltaire, Marcos Antônio Lopes escreve estas palavras sobre o isolamento intelectual (e historiográfico) do filósofo francês: “Voltaire esteve só; não pertenceu a nada que se assemelhe a um ‘partido dos intelectuais’ em nossa sociedade contemporânea” (LOPES, 2001, p. 80). É também a opinião de Franco Venturi, também citado por Marcos Lopes, sobre os intelectuais iluministas de modo geral (VENTURI, 1971, p. 24-29).

⁸ Paul Ricoeur (1913-2005), filósofo francês, dedicou-se a uma significativa variedade de temas na Filosofia, mas a História e questões correlatas – tais como a Memória e também a singularidade das Ciências Humanas face às ciências da natureza – sempre tiveram lugar especial no conjunto de suas reflexões filosóficas. Entre os livros dedicados mais diretamente à História contam-se *História e Verdade* (1955), *Tempo e Narrativa* (1982-1983) e *História, Memória e Esquecimento* (1995).

⁹ Assim mesmo, Hegel não reconhece essa comunidade de historiadores que começa a normatizar o método crítico como o filão central do fazer histórico, apesar de considerar o seu predomínio na Alemanha de sua época. A “história refletida” no “modo crítico” é para ele apenas uma das diversas maneiras de fazer a história, e não a que ele mesmo postula (uma “história filosófica”): “O terceiro modo de história refletida é o crítico: ele deve ser mencionado porque é especialmente desse modo que a história é tratada na Alemanha atualmente. Não é a história em si,

como abordamos aqui, mas uma história da história, um julgamento das narrativas históricas e uma investigação de sua verdade e credibilidade. O que essa empresa tem, e deve ter, de extraordinário, está não na coisa em si, mas na perspicácia com que o autor extrai algo dessas narrativas. Os franceses produziram inúmeras dessas obras, sólidas e refletidas. Entretanto, eles mesmos não quiseram apresentar tal método crítico como histórico, mas formularam seus juízos sob a forma de dissertações críticas. Na Alemanha, a chamada crítica superior apoderou-se da filologia em geral, bem como dos livros de história. Essa pretensa crítica superior acabou por conferir um caráter de vaidosa fantasia a todos os tipos de produtos sem valor histórico” (HEGEL, 2008, p. 15-16).

¹⁰ O texto que serve de “Introdução Geral” à *Filosofia da História* de Hegel ficou conhecido como “A Razão na História”. Tem sido publicado também à parte, já contando com edição em português (HEGEL, 2001).

¹¹ Entre autores vários que se dedicaram ao estudo específico da “Filosofia da História”, nesta acepção mais ampla, podemos citar, para além de Paul Ricoeur (1982-5; 2000) e de toda a escola hermenêutica do Historicismo (Dilthey, Rickert e outros), também os nomes de Raymond Aron (1969) e W. H. Walsh (1968).

¹² Um dos primeiros autores a refletir mais sistematicamente sobre tipos de sentido que podem ser atribuídos à expressão “filosofia da história” foi W. H. Walsh. Em sua *Introdução à Filosofia da História* (1951), Walsh discute dois modos distintos de “filosofar sobre a história”: contrapõe a “filosofia substantiva da história” (especulativa em relação à história vivida ou a ser vivida pelos homens), e a “filosofia crítica da história”, analítica e voltada para as formas de conhecimento que podem ser produzidas pela História (a historiografia).

¹³ Bossuet, seguindo o padrão das histórias teológicas, dividia em “épocas” a História Universal, todas edificadas ou em torno de um grande acontecimento ou assinaladas pelo nome de figuras ilustres (nas primeiras épocas bíblicas): Adão, Noé, Abraão, Moisés, a Conquista de Tróia, Salomão, Rômulo, Ciro, Cipião (derrota de Cartago), nascimento de Jesus, Constantino, Carlos Magno (estabelecimento de um novo Império). Na parte III (Capítulo 8) de seu *Discurso sobre a História Universal* (1681), ele faz seguir esta descrição das eras pela afirmação de que “[...] tudo depende das ordens secretas da Divina Providência” (BOSSUET, 1681).

¹⁴ As ambiguidades remetem à própria época das filosofias da história. Hegel via a sua obra, hoje denominada e considerada como uma *Filosofia da História* (2008), como pertencente à categoria da “história filosófica” (que, na própria Introdução de sua obra, ele opõe à “história” tradicional de Heródoto e Tucídides, e também as várias espécies de “História Reflexivas” por ele enumeradas. A sua modalidade de história ou de “filosofia da história”, por ele chamada de História Filosófica,

teria como traços principais o alcance universal (uma história do mundo) e a busca idealista do sentido da história, que ele via como ligado ao Espírito (HEGEL, 2008, p. 16).

¹⁵ Há alguma polêmica a respeito de quando se iniciam as “filosofias da história”, se no próprio século iluminista, com autores como Immanuel Kant, ou se bem antes, já com a concepção cristã de temporalidade que – ao propor um tempo linear e teleológico – rompe com a visão cíclica do tempo histórico, trazida não apenas pela visão mítica como também por diversos autores antigos que acreditavam no desenvolvimento e retorno cíclico de formas de governo. Alguns autores remetem mesmo a Santo Agostinho (354-430), particularmente com a obra *A Cidade de Deus* (413-426), o ponto de partida das filosofias da História (ver LÖWTH, 1958, p. 238). Outros situam o surgimento das filosofias da história como um acontecimento do século XVIII. De todo modo, a questão segue sendo polêmica, e podemos considerar os dizeres de W. H. Walsh: “O problema de quem terá inventado a “filosofia da história” é controverso: há argumentos que justificam a atribuição ao filósofo italiano Vico (1668-1744), embora sua obra tenha passado em grande parte despercebida em sua época, o que justifica remontar a um passado ainda mais distante aos textos de Santo Agostinho, ou mesmo a certos trechos do Velho Testamento” (WALSH, 1978, p. 13).

¹⁶ Condorcet viveu o período revolucionário francês. Sobre sua trajetória, ver SOUZA, 2001, p. 151-196.

¹⁷ Isto distingue as “filosofias da história” das concepções teológicas da história, que na Europa atingem seu auge no século XVII. Enquanto as “filosofias da história” buscam entender uma lógica subjacente ou imanente à própria História, as concepções teológicas concebem a história humana como interferida intermitentemente por Deus (ou pelos deuses). Na concepção teológica da história, a Intervenção Divina, que não exclui os milagres, é o que, em última instância, dá um direcionamento à História, que se torna por isso “transcendente”. Ao contrário, nas filosofias da história há sempre uma lógica imanente por trás do encaminhamento da História, mesmo que o filósofo atribua esta lógica a um propósito divino. É pensando nesta lógica imanente que Immanuel Kant assim se refere à “Filosofia da História” (*Weltgeschichte*): “[trata-se de] redigir uma história segundo uma ideia de como deveria ser o curso do mundo, se ele fosse adequado a certos fins racionais” (KANT, 2004, 9ª proposição, p. 19-22).

¹⁸ Hegel chega a dar a perceber que o Estado Prussiano de 1820 seria este “melhor dos mundos possíveis” (para usar uma expressão de Leibniz) a que se teria chegado no decurso de uma série de transformações dialéticas, e de certo modo encara a sua própria realidade nacional sob a perspectiva de um “fim” [uma finalidade] da história (para uma discussão sobre o uso de termos “finalistas”

em Hegel, ver ANDERSON, 1992). Nesta tendência de concepção revelada por Hegel, desempenha um papel significativo a sua interpretação da Revolução Francesa. Conforme ressalta Herbert Marcuse, Hegel teria interpretado os desdobramentos da Revolução Francesa rumo ao Terror não como um acidente, mas como o resultado do fato de que o processo de emancipação do indivíduo naquele país havia sido conduzido “contra o Estado” e não “pelo” Estado. Para Hegel, “só o Estado pode emancipar” (ver MARCUSE, 2004, p. 89). A respeito destas passagens, ver o ensaio de Perry Anderson: *O Fim da História – de Hegel a Fukuyama* (1992, p. 36).

¹⁹ Vem dos próprios filósofos, aliás, essa distinção entre a História – enquanto disciplina ou âmbito de estudos voltado para o entendimento da história – e a *Weltgeschichte*, como a chamariam os alemães, aqui já se referindo a um “discurso sobre o sentido necessário da história”. Kant já formula esta distinção na sua *Ideia de uma História Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita* (1784). Hegel depois confirmaria esta distinção, ao escrever a sua própria *Introdução Geral à Filosofia da História* (1831).

²⁰ Sobre Toynbee, ver GONÇALVES, 2003, p. 404-412.

²¹ A questão em torno da presença ou não de maior dosagem de especulação constitui um ponto de tensão entre os novos historiadores do século XIX e os filósofos da história. Hegel, sintomaticamente, procura se prevenir, na sua *Filosofia da História*, contra a crítica que se opõe à especulação filosófica: “Abordando a história, ela [a filosofia] a trata como material, não a deixando integralmente como é, mas preparando-a para o pensamento, constituindo-a, por isso, como se diz, *a priori*. A história deve apenas considerar o que é e o que foi, acontecimentos e ações. A história é tanto mais verídica quanto mais se ativer ao dado. Dessa forma, a história parece estar em contradição com a atividade da filosofia, devendo ser aqui esclarecidas e refutadas essa contradição e a consequente acusação de especulação [...]” (HEGEL, 2008, p. 16-17).

²² Mais adiante, continua Hegel: “mesmo o historiador normal e mediano, que de certa forma pretende e acredita manter-se compreensível e submisso ao fato, não age de modo passivo no seu pensar, recorrendo às suas categorias e encarando por meio destas os fatos; especialmente em tudo o que é científico, a razão não pode adormecer, devendo-se utilizar da reflexão” (HEGEL, 2008, p. 18).

²³ Nas *Teses sobre Feuerbach* (1845), iremos encontrar o notório dito de Karl Marx: “os filósofos interpretaram o mundo, cabe a nós transformá-lo”.

²⁴ É importante ressaltar que, quando falamos em “tempo progressivo”, não se impõe necessariamente a ideia de “progresso”, ou pelo menos de progresso no sentido de “caminhada para o melhor”. O progresso, ou o desenvolvimento

progressivo, também pode ser entendido no sentido do “acumulativo”. Se a ideia de “progresso” no sentido de desenvolvimento de condições humanas cada vez mais aprimoradas acompanha de fato o otimismo iluminista e seus desdobramentos no século XIX, iremos encontrar em um autor setecentista, Jean-Jacques Rousseau, a ideia de um tempo progressivo mas que não leva necessariamente à melhoria geral. De fato, o tema de Rousseau é por excelência o “progresso da desigualdade”. Ele antecipa, em um período banhado pelo otimismo neoclássico, o pessimismo de alguns setores do Romantismo oitocentista. Neste sentido, o *Discurso sobre a Origem Desigualdade* (1750) é a sua construção mais lapidar. Sobre Rousseau, ver GRIMSLEY, 1977.

²⁵ Das arbitrárias divisões em “eras” definidas em torno de grandes acontecimentos ou indivíduos, tão comuns nas histórias teológicas (Bossuet e outros), passa-se a uma semântica temporal traspassada por novas unidades de sentido. Reinhart Koselleck chama atenção para a *Encyclopädie* de J. G. Büsch, que 1775 “[...] organizou a história, ‘segundo o tempo’, em história antiga, média e ‘nova, até os nossos tempos, em cujo período ainda podemos distinguir a história contemporânea, compreendendo o tempo da última geração, ou deste século.’” Assim, continua Koselleck, pode-se dizer que “[...] nova história não mais se referia apenas à história média ou antiga; ela adquiria uma independência temporal que veio a provocar diferenciações posteriores” (KOSELLECK, 2006, p. 280-281). / A obra de J. G. Büsch mencionada por Koselleck é a *Enciclopédia das Ciências Históricas, Filosóficas e Matemáticas* (1775), que já traz em seu próprio título um interessante sintoma que anuncia a nova era das “teorias da história”.

²⁶ Reinhart Koselleck (1923-2006), historiador alemão ligado ao moderno Historicismo, escreve suas principais obras nas três últimas décadas do século XX, sendo o principal responsável pela consolidação de um novo campo histórico que foi o da ‘História dos Conceitos’. O historiador alemão já havia despertado interesse na década de 1950 com sua tese de doutorado *Crítica e crise – um estudo acerca da patogeneza do mundo burguês* (1954). Mas é com os trabalhos sobre história conceitual, que desenvolverá a partir das três últimas décadas do século XX – sobretudo os ensaios inseridos em *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos* (1979) –, que conquistará uma posição definitiva na história da historiografia recente.

²⁷ Essa possibilidade de enxergar ou não “leis” por trás das ações humanas abrirá espaço para uma disputa teórica entre Positivistas e Historicistas, já no contexto das “teorias da história”.

²⁸ Se este tempo histórico que se impulsiona para a frente é ou não “teleológico” (isto é, destinado a atingir um fim que já se pode pensar de antemão) esta será uma segunda questão a ser discutida no interior da concepção do tempo que flui progressivamente. Muitas das “filosofias da história” extraem o essencial

de si desta ideia de que a história caminha para um fim determinado. Kant, em *Conflito das Faculdades* (1798), chega a discutir a possibilidade de uma “história a priori”, capaz de ser escrita antes de acontecer, através do recurso a “juízos antecipatório-descriptivos”. Condorcet visualizava uma história em degraus, e estava convicto de que a sua própria época era já o penúltimo degrau. Já Voltaire, no *Ensaio sobre os Costumes*, evitará conceber para a história um *telos* (fim) já pré-definido, embora não se furte ao interesse de decifrar o sentido da história. Por outro lado, em clara contraposição a este finalismo, já as “teorias da história” especulam em muito menor medida sobre este *telos*, ou ao menos estará longe das pretensões de qualquer historiador escrever uma “história a priori”. Assim mesmo, já vimos que o Materialismo Histórico (embora não necessariamente em todas as suas variações e encaminhamentos) pode comportar também a sua perspectiva teleológica, nos momentos em que pretende prefixar como ponto de chegada da história o “modo de produção socialista”.

²⁹ A ideia de imanência da História não é incompatível com o deísmo. Pode-se dar o exemplo com Voltaire, que ao contrário de alguns dos filósofos iluministas, era deísta (embora sempre um crítico contumaz em relação à corrupção da Igreja e à sua interferência no âmbito do conhecimento e da política laica). Mas o Deus de Voltaire não desce ao mundo para intervir na história, como vinha fazendo o de Bossuet (1627-1704) – teólogo francês que representa o ápice de uma história teológica que se inicia com Santo Agostinho. Para Voltaire, Deus criara o mundo, e o abandonara para se desenvolver conforme as leis do perfeito mecanismo que criara. Ele é responsável pelo “piparote inicial”, conforme a metáfora empregada no *Dicionário Filosófico* (LOPES, 2001, p. 48). Conforme ressalta Marcos Antônio Lopes, “[...] para Voltaire, não há relógio sem relojoeiro. Deus intervém claramente apenas uma vez, na figura de um artífice; a máquina em movimento andarà com os artifícios de sua engrenagem. Deus é uma força transcendente segundo a ótica de Meaux, e está fora do mundo” (LOPES, 2001, p. 48).

³⁰ Os “filósofos da história” empenharam-se de diversos modos em explicar como as ações egoístas dos homens são incorporadas ao “plano da natureza”, como diria Kant. Vale também lembrar que, com algum pioneirismo, já veremos em Giambattista Vico (1668-1744) a ideia de que as ações humanas – ainda que rudes, obscuras, egoístas – resultam em algo maior ou melhor. Há já aqui uma sutil transição do providencialismo típico das histórias teológicas para a lógica imanente ao conjunto das ações humanas. A “Providência Divina”, em Vico, é o que assegura uma racionalidade ao arco mais amplo da história, estabelecendo conexões e encaminhando o conjunto das ações humanas para certas direções das quais os indivíduos não se apercebem. De alguma maneira, em Vico, a “Providência Divina” desempenha uma função análoga à da “Astúcia da Razão”, em Hegel, ou à do “Plano da Natureza”, em Kant. Para uma introdução a Vico, ver BURKE, 1997.

³¹ Em diversos dos autores anteriores, que tomaram a seu cargo a tarefa de escrever histórias, torna-se evidente este atrelamento da escrita da História a uma função que a torna essencialmente um material de apoio para objetivos externos. Maquiavel (1469-1527), que também concebia a história sob uma perspectiva cíclica, iria buscar no passado ensinamentos para a atuação política no seu mundo presente; ao escrever a sua *História de Florença* (1520) o faz, mais do que como historiador, como pensador político que lança mão dos fatos históricos para sustentar suas ideias (2003, p. 19). Ver ESCOREL, 1979, p. 73.

³² Há outra nuance importante, é preciso notar, entre as concepções progressivas de tempo das “filosofias da história” iluministas e as das “teorias da história”, que se consolidam após o período da Restauração. No breve momento de otimismo revolucionário dos iluministas e da Revolução Francesa, muitos se viram já no “futuro”, ou às suas portas. No século XIX das “teorias da história”. passa a predominar uma nova atitude com relação ao “futuro”, agora visto como uma permanente surpresa.

Referências

- ABBT, Thomas. *Geschichte des menschlichen Geschlechts*. Halle: 1766.
- AGOSTINHO, Santo. *A Cidade de Deus*. Petrópolis: Vozes, p. 413-426, 1991.
- ANDERSON, Perry. *O Fim da História – de Hegel a Fukuyama*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992 [original: 1992].
- ARON, Raymond. *La philosophie critique de l'histoire*. Paris: J. Vrin, 1969.
- BOSSUET, Jacques Bénigne. *Discours sur l'histoire universelle*. Paris: S. Mabre-Cramoyse, 1681.
- BURKE, Peter. *Vico*. São Paulo: UNESP, 1997.
- BÜSCH, J.G. *Encyclopädie der historischen, philosophischen und mathematischen Wissenschaften*. Hamburgo, 1777.
- CERTEAU, Michel de. A Operação Historiográfica. In: *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 65-119.
- CHLADENIUS, Johann Martin. *Allgemeine Geschichtswissenschaft* [Ciência Histórica]. Leipzig, 1752.
- _____. On the concept of interpretation. On the interpretation of historical, books and accounts In: MUELLER-VOLLMER (Orgs.). *The hermeneutics reader: Texts of the German tradition from the Enlightenment to the present*. New York: Continuum, 1988. p. 54-71.

- COLLINGWOOD, R. G. *A Ideia de História*. Lisboa: Presença, 2001 .
- COMTE, Auguste. *Curso de Filosofia Positiva*. São Paulo: Nova Cultural, 1991.
- _____. Sumária apreciação do conjunto do passado moderno In: *Opúsculos da Filosofia Social*. Porto Alegre / São Paulo: Globo / Edusp, 1972.
- CROCE, Benedetto. *Teoria e História da Historiografia*. Bari: Gius/ Laterza & Figli, 1920.
- DILTHEY, Wilhelm. *El mundo historico*. México: Fondo de Cultura Económica, 1944 [*A Construção do mundo histórico nas ciências do espírito*, 1910].
- ESCOREL, Lauro. *Introdução ao pensamento político de Maquiavel*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979.
- ESCUDIER, A. De Chladenius à Droysen. Théorie et méthodologie de l’histoire de langue allemande (1750-1860). *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, n. 58 v. 4, 2003, p. 743-777.
- FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. Lisboa: Presença, 1989 [*Combats pour l’Histoire*. Paris: A. Colin, 1953].
- FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- GATTERER, J. C. *Einleitung in the synchronistische Universalgeschichte*. Gottingen, 1771.
- GERVINUS, Georg Gottfried. Grundzüge der Historik (As Grandes Linhas da História) In: *Schriften zur Literatur*. Berlim: Erler, 1962. p. 49-103.
- GONÇALVES, José Henrique Rollo. A Concepção Binocular da História de Arnold Toynbee. In: LOPES, Marcos Antônio (Org.). *Grandes Nomes da História Intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 404-412.
- GOULEMOT, Jean-Marie. *Discours, révolutions et histoire: representations de l’histoire et discours sur les révolutions de l’âge classique aux lumières*. Paris: U.G.E., 1975.
- GRIMSLEY, Ronald. *La filosofía de Rousseau*. Madrid: Alianza, 1977.
- HAZARD, Paul. *Crise da Consciência Européia*. Lisboa: Cosmos, 1971.
- HEGEL, Friedrich. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas – vol. 1: a Filosofia da Natureza*. São Paulo: Loyola, 1997.
- _____. *Filosofia da História*. Brasília: UNB, 2008.
- _____. *Princípios para a Filosofia do Direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- KANT, Immanuel. *Ideia de uma História Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado* – contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KUJAWSKI, Gilberto de Mello. Teoria. In: *O Ocidente e sua Sombra*. Brasília: Letrativa, 2002. p. 101-111.

LOPES, Marcos Antônio. *Voltaire literário* – horizontes históricos. São Paulo: Imaginário, 2000.

_____. *Voltaire historiador* – uma introdução ao pensamento histórico na época do iluminismo. São Paulo: Imaginário, 2001.

_____. *Voltaire político* – espelhos para príncipes de um novo tempo. São Paulo: Imaginário, 2003.

LUCIANO, De Samósata. Como se deve escrever a história [165]. In: F. HARTOG (Org.) *A história de Homero a Santo Agostinho*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

MABLY, Gabriel Bonnot, Abade de. *De l'étude de l'histoire* (1775), *suivi de De la manière d'écrire l'histoire* (1783). Paris, Fayard, 1988.

MAQUIAVEL, Nicolau. *História de Florença*. São Paulo: Musa Editora, 2003.

LOWITH, K. *El sentido de la historia*. Madrid: Aguilar, 1958.

MARCUSE, Herbert. *Razão e Revolução* – Hegel e o advento da Teoria Social. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

MARX, Karl. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. *Thèse sur Feuerbach*. Paris: Gallimard, 1982 (em português: incluído em *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978).

_____. *As lutas de classe na França (1848-1850)*. vol. I. São Paulo, Ed. Sociais, 1977.

_____. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelman*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997 [original de “O 18 Brumário”: 1852].

_____. *O Capital* – crítica da Economia Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. A Guerra Civil na França In: *A Revolução antes da Revolução* – vol. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 339-355.

MONOD, Gabriel. Du progrès des sciences historiques en France depuis le XVIe siècle. *Revue Historique*, n. 1, p. 36-38, 1876.

MOSTERIN, J. *Filosofia de la Cultura*. Madrid: Alianza, 1993.

POMEAU, René. *Voltaire*. Paris: Seuil, 1994.

RICOEUR, Paul. *História e Verdade*. Rio de Janeiro: Cia Editora Forense, 1968.

- RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. São Paulo: Papirus, 1994.
- _____. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp: 2007.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* Brasília/ São Paulo: Editora Universidade de Brasília/ Ática, 1989.
- SYBEL, Heinrich von. Über den Stand der neueren deutschen Geschichtsschreibung (Sobre o Estado da Moderna Historiografia Alemã, 1856) In *Kleine historische Schriften*. Munich, 1863.
- THIERRY, A. Sur les différentes manières d'écrire l'histoire, en usage depuis le quinzième siècle – Lettre VI. In: THIERRY, A (Org.). *Lettres sur l'histoire de la France*. Paris: Garnier Frères Librairie-Éditeurs.
- TOYNBEE, Arnold. *Study of History*. Londres: Oxford University Press, 1934-1961. v. 12. [*Um Estudo da História*. São Paulo: Martins Fontes, 1987].
- VENTURI, Franco. *Europe des lumieres : recherches sur le 18e siecle*. Paris: Mouton, 1971.
- VEYNE, Paul. *Como se Escreve a História*. Brasília: UNB, 1982.
- _____. Os conceitos em história In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). *Teoria da história*. São Paulo: Cultrix, 1976. p. 120-134.
- _____. A História Conceitual In: NORA, Pierre e LE GOFF, Jacques da (Orgs.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 64-88.
- _____. *O Inventário das Diferenças*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- VOLTAIRE. *Oeuvres Historiques*. Paris: Gallimard, 1957.
- _____. História In *Dicionário Filosófico*. São Paulo: Martin Claret, 2006. 267-277.
- _____. Ensaio sobre os Costumes e o Espírito das Nações In: *A Filosofia da História*. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 39-67.
- _____. História e Historiógrafo In: *A Filosofia da História*. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 3-36.
- _____. *The Age of Luis XIV*. London: Irvington Pub, 1978.
- WALSH, W. H. *Introdução à Filosofia da História*. Trad. por Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.
- WEHLING, Arno. Historiografia e Epistemologia Histórica In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A História Escrita*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 175-187

Recebido em 22/08/2011

Aprovado em: 16/06/2012